

O DIABO		MAIS	
TEMPO		TV-GUIA	
O PAIS		SETE	
O JORNAL		ÊXITO	
TAL & QUAL		A BOLA	
EXPRESSO		GAZETA DOS DESPORTOS	
SEMANARIO		RECORD	
		OFF-SIDE	
<i>P. P. I.</i>	<i>-6 NOV 1985</i>		

## Ângelo Veloso «ameaça»

# «Em caso extremo podemos ir às urnas»

O candidato à Presidência da República, Ângelo Veloso, afirmou ontem que, «em caso extremo, poderá manter a sua candidatura até ao fim, se as forças democráticas não reunirem o consenso necessário para assegurar a vitória de um candidato da democracia».

Ângelo Veloso afirmou que o PCP não tem, até ao momento, qualquer compromisso em relação a qualquer candidatura e «manter assim inteira liberdade de decisão em relação às eleições presidenciais, incluindo, em caso extremo, a eventual ida às urnas», mas manifestou a sua convicção de que «o carácter imperioso da vitória nas presidenciais acabará por se sobrepor a quaisquer outras considerações».

Sobre uma eventual candidatura de Salgado Zenha, o PCP «não tomou ainda qualquer decisão, mas considera que é um democrata e que a sua candidatura se situa no campo da democracia», acrescentou.

Em relação à candidatura de Maria de Lurdes Pintassilgo, o PCP não afasta nem admite a hipótese de a apoiar. Considera que a sua candidatura foi «precipitada, apresentando-se como facto consumado e, ao que sabemos, não conseguiu congrega em torno de si a convergência das forças democráticas», disse Ângelo Veloso, que falava em conferência de imprensa para apresentação da sua candidatura.

Maria de Lurdes Pintassilgo «não procurou nunca auscultar o PCP. Um candidato à Presidência da República não tem de negociar a sua candidatura com os partidos, mas terá de ter em conta os apoios que são necessários para conseguir a vitória», afirmou Ângelo Veloso.

Ângelo Veloso explicou que se candidata para intervir na discussão política, ideológica e programática em torno do papel e função do Presidente da República e para contribuir para a convergência de votos no candidato da democracia.

Para Ângelo Veloso, cabe ao Presidente da República, no âmbito dos seus poderes e competências, opor-se a leis ou decisões regulamentadoras que limitem ou diminuam o conteúdo do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

Ao Presidente da República, cabe opor-se à criação de «serviços de informação» orientados para o controlo das actividades políticas e sociais e à proposta de Lei de Segurança Interna», acrescentou o candidato à presidência.

De entre as acções do futuro Presidente da República, Ângelo Veloso salientou o «combate à tendência revelada nos últimos anos, especialmente por sucessivas coligações, para a governamentalização do Estado».

«Da mesma forma, cabe ao Presidente da República, no quadro rigoroso dos seus poderes e



Ângelo Veloso, candidato do PCP, «para derrotar os candidatos da direita»

competências, contribuir para as áreas de actuação dos diferentes órgãos e instituições sejam preservados contra quaisquer tentativas de invasão governamentalizadora, assim como tentativas de sobreposição da Assembleia da República aos restantes órgãos de soberania», afirmou.

Para Ângelo Veloso, «reveste-se de particular importância a acção do Presidente da República para assegurar o respeito pela interdependência e complementaridade dos órgãos de soberania e a independência e a autoridade dos tribunais, a autonomia constitucional das forças armadas, a descentralização administrativa e a autonomia do poder local e a autonomia político-administrativa das regiões autónomas no quadro da unidade do Estado».

«O papel que o nosso sistema constitucional reserva aos presidentes da República é incompatível com qualquer forma de aprisionamento partidário deste órgão de soberania. O estatuto presidencial mostra, também, que são inadmissíveis quer compromissos eleitorais que condicionem ou reduzam os poderes constitucionais ou parlamentarização quer problemas e propostas que conduzam à presidencialização do sistema que também não tem cabimento no nosso sistema quadro constitucional», disse Ângelo Veloso.

Responsável pela organização partidária no Norte do País, Ângelo Veloso integra a Comissão Política do Comité Central, para onde foi eleito no Décimo Congresso do PCP.

A candidatura de Ângelo Veloso foi apresentada por Álvaro

Cunhal, em 29 de Outubro, que afirmou visar os candidatos Mário Soares e Freitas do Amaral, citados como «candidatos da direita».

Considerou, no entanto, o secretário-geral do PCP que a candidatura presidencial partidária procura realizar «uma convergência e confluência do candidato da democracia», que, todavia, não especificou.

Para Álvaro Cunhal, no «campo democrático», existem candidaturas que lhe merecem «sérias reservas e críticas», porque se apresentam «como definitivas e irreversíveis».

Ao anunciar, o candidato Ângelo Veloso, o secretário-geral do PCP apelou «para que seja alcançado o consenso necessário, de forma a que apoios e votos se venham a concentrar num candidato da democracia».

Ângelo Veloso será o terceiro candidato presidencial, apresentado pelo PCP desde o 25 de Abril, todos eles lançados sob o lema de «lutar pela democracia».

O primeiro, Octávio Pato, um antigo escrivão, actualmente membro do Secretariado do PCP, fazia então a sua apresentação, propondo como objectivo da campanha «a institucionalização da democracia portuguesa nos termos da Constituição».

Para as segundas eleições presidenciais pós-25 de Abril, realizadas a 7 de Dezembro de 1980, o PCP apresentou o seu dirigente Carlos Brito, como candidato próprio. Este retirou, no entanto, a sua candidatura dias antes da votação.

O manifesto eleitoral de Carlos Brito não apresentou como justificação da sua presença, perante o eleitorado a necessidade de divulgar a fisionomia política do PCP.

A orientação política da campanha do PCP em 1980 visou a «estabilidade do estado democrático».